

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 533.447 - SP (2019/0276216-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**

**IMPETRANT : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**E**

**ADVOGADOS : JULIANA ARAUJO LEMOS DA SILVA - SP215256**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PACIENTE : JHONATAS DE CARVALHO DO NASCIMENTO (PRESO)**

**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JHONATAS DE CARVALHO DO NASCIMENTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (fl. 96):

Agravo em execução – Recurso ministerial buscando a interrupção dos lapsos para todos os benefícios executórios a partir da data do trânsito em julgado para a acusação da última condenação – Data-base para obtenção de eventuais benefícios deve ser considerada a do trânsito em julgado para a acusação da última condenação – Precedentes do STF e STJ – Reinício da contagem do lapso temporal, em função do cometimento de falta grave ou de novas condenações, que se restringe à progressão carcerária, não alcançando o livramento condicional, o indulto e a comutação de penas – Inexistência de previsão legal para a interrupção aos benefícios executórios que não a progressão de regime – Aplicação da Súmulas 441 e 535 do C. Superior Tribunal de Justiça – Dado parcial provimento.

Neste *writ*, sustenta a impetrante, em síntese, ausência de fundamentação idônea para interrupção do lapso temporal para obtenção de benefícios executórios.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para *cassar o acórdão ora impugnado e todos os seus efeitos, determinando-se a imediata retificação dos cálculos de pena do paciente, de forma que não haja interrupções no tocante à data-base para fins de progressão de regime e de livramento condicional* (fl. 10).

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

O aresto impugnado foi assim proferido (fls. 97-100):

[...] Em razão da última condenação, com a unificação das penas impostas ao agravado, deve ser considerada a data do trânsito em julgado para o

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministério Público da última condenação para fins de progressão de regime. Embora a Lei de Execuções Penais não discorra acerca da data-base para o início da contagem do prazo para obtenção de eventuais benefícios quando da unificação das penas em virtude de nova condenação no curso da execução, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que o termo inicial a ser considerado é o do trânsito em julgado para o Ministério Público da última condenação.

[...]

Ressalte-se que uma nova condenação no curso da execução penal interrompe a contagem do prazo para a obtenção de benefícios, porquanto seria ilógico não considerar que o termo inicial para isso tivesse por base data diferente a do trânsito em julgado para o Ministério Público, mesmo porque, com a impossibilidade de modificação para piorar a situação do réu, é o marco interruptivo mais benéfico ao sentenciado, razão pela qual deve ser o considerado.

De outro lado, consoante jurisprudência firmada no âmbito do C. Superior Tribunal de Justiça, a interrupção dos lapsos relativos a benefícios, em função do cometimento de falta grave, restringe-se à progressão carcerária, não afetando outras benesses executórias, como o livramento condicional, o indulto e a comutação.

[...]

Dessa forma, não havendo expressa previsão legal, não se pode, em face da prática de falta grave (novo delito), considerar interrompido o prazo de contagem do cumprimento de pena para fins de aquisição dos benefícios de livramento condicional, indulto e comutação de pena, de modo que agiu de forma escorreita, devendo a r. decisão ser mantida por seus próprio e jurídicos fundamentos.

Assim, o recurso comporta parcial provimento determinando a interrupção da contagem do lapso para a progressão de regime, tendo como marco o trânsito em julgado para a acusação da última condenação.

Ante o exposto, por meu voto, CONHEÇO e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao presente agravo, para reformar a r. decisão a fim de determinar a interrupção do lapso aquisitivo para a progressão carcerária, sendo o marco interruptivo a data do trânsito em julgado para a acusação da última condenação. Elabore-se novo cálculo de liquidação de penas.

Como se vê, o cerne da impetração consiste em determinar a data que, após a unificação das penas, será considerada como termo inicial para a concessão de novos benefícios.

Sobre o tema, a jurisprudência do STJ adotava o trânsito em julgado da última condenação, por fato posterior ou anterior ao início da execução, como o marco inicial para a concessão de novos benefícios da execução.

Ocorre que a Terceira Seção, em recente precedente, uniformizou o entendimento jurisprudencial, fixando a data da última prisão como marco interruptivo para concessão dos benefícios da execução, no caso de crimes

cometidos antes do início da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar. Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

**2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.**

**3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.**

**4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.**

**5. Recurso não provido.** (REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/2/2018, DJe 15/3/2018).

Logo, o entendimento do Tribunal *a quo*, ao estabelecer o trânsito em julgado da última condenação como marco interruptivo para a concessão da progressão prisional, está em dissonância com a atual jurisprudência desta Corte, o que evidencia a existência de constrangimento ilegal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar a data da última prisão como marco interruptivo à progressão prisional, no caso de crimes cometidos antes do início da execução da pena, e, nos casos de delitos cometidos no curso da execução, a data do cometimento da última infração disciplinar.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

